

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC  
 Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED  
 Laboratório de Patrimônio Cultural - LabPac



**SPECULA - Sistema de Pesquisa e Referência sobre Patrimônio Cultural em SC  
 (Projeto de extensão)**

<b>Bem</b>	Quilombo Campo dos Poli
<b>Tipo</b>	
<b>Localização</b>	
<b>Município</b>	Monte Carlo
<b>Coordenadas</b>	
<b>Trajectoria</b>	<p>Em carta redigida pelo Presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo Campo dos Poli, no processo de concessão de certidão como remanescente de quilombo da Fundação Cultural Palmares, consta que os membros foram criados na localidade Campo dos Poli, em Monte Carlo, e que pertenciam à família dos Apolinários. O documento também menciona que, por volta dos anos 1940 ou 1950, foram expulsos por fazendeiros que chegaram na localidade, estando a área ainda em domínio de uma fazenda.</p> <p>Segundo reportagem do Diário Catarinense, a ocupação do território remonta ao século XIX, sendo a região marcada pelo tropeirismo e pelo uso de mão de obra escrava. O nome do território quilombola seria “[...] a abreviação do sobrenome Apolinário, que identifica os antepassados [...], que atualmente reivindicam a área, que está localizada numa região conhecida como Butiazinho” (2012). A reportagem menciona que a expropriação territorial e simbólica foi “[...] legitimada por meio de uma ação de usucapião, movida em 1949, que possibilitou a expulsão das famílias quilombolas e a extração de madeira nativa para fins comerciais. Inicialmente as famílias foram transferidas para outra localidade, próxima ao Rio Taquaruçu, da qual jamais receberam a titulação e de onde também foram expulsas” (DIÁRIO CATARINENSE, 2012).</p> <p>A comunidade se encontra atualmente alocada em um loteamento em Fraiburgo.</p> <p>Em 2005, uma associação comunitária foi formada para pleitear, junto ao Estado, o exercício de direitos previstos para comunidades quilombolas, entre os quais o de propriedade definitiva e coletiva das terras onde viveram seus ancestrais; o processo em que a comunidade reivindica esse direito está em tramitação.</p>
<b>Descrição</b>	As referências consultadas não mencionam exemplos de manifestações culturais e não apresentam fotografias da comunidade quilombola.
<b>Proteção</b>	Certificada pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo em 12 de fevereiro de 2007.
<b>Condições</b>	
<b>Observações</b>	A comunidade requereu o título de propriedade coletiva da terra no Incra, conforme o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988; o processo se encontra em tramitação, aguardando a autorização para publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RDTI).
<b>Fotos (imagem)</b>	
<b>Fotos (créditos)</b>	

<b>Sistematização</b>	Fernanda Mara Borba (LabPac/UDESC), 07/05/2017.
<b>Atualização</b>	
<b>Revisão</b>	Janice Gonçalves (Coordenadora do Specula/UDESC), 23/05/2017.
<b>Referências</b>	<p>INCRA recebe relatório que possibilita delimitação de território quilombola no Meio Oeste. DIÁRIO CATARINENSE, Florianópolis, 14 abr. 2012. Disponível em: <a href="http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2012/04/incra-sc-recebe-relatorio-que-possibilita-delimitacao-de-territorio-quilombola-no-meio-oeste-3724909.html">http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2012/04/incra-sc-recebe-relatorio-que-possibilita-delimitacao-de-territorio-quilombola-no-meio-oeste-3724909.html</a>. Acesso em: 7 mai. 2017.</p> <p>Informações orais dos técnicos da Superintendência Regional do Incra em Santa Catarina, fornecidas a Fernanda Mara Borba (2017).</p> <p>Processo para concessão de certidão como remanescente de quilombo, junto à Fundação Cultural Palmares.</p>